



THE AFRICA-EU PARTNERSHIP
LE PARTENARIAT AFRIQUE-UE



Quadro Político – Rumo à Área do Ensino Superior Harmonizada no Continente Africano

Petra Pistor & Elizabeth Colucci

IQA-4-África

Da Política Pan-Africana à Prática

Esta iniciativa é implementada em nome das Comissões da União Europeia e da União Africana por:



Deutscher Akademischer Austauschdienst
German Academic Exchange Service



Harmonisation, Quality Assurance
and Accreditation in Africa

Este material de formação é fornecido por:



FH MÜNSTER
University of Applied Sciences

Quadro Político – Rumo à Área do Ensino Superior Harmonizada no Continente Africano

Petra Pistor, Elizabeth Colucci

Nota Introdutória

Este é um texto introdutório para as seguintes gravações sobre o tema o Contexto Político:

- O PAQAF
- O ASG-QA
- O AQRM
- Experiências com a AQRM (Estudo de Caso da Universidade de Kisangani (República Democrática do Congo) e da Universidade de Ciência e Tecnologia de Kwame Nkrumah (Gana)).

O texto não é um resumo completo da informação constante nas gravações. Introduce os tópicos que o ajudam a lembrar a informação-chave. Você pode aproveitar todo o potencial do material de aprendizagem e ter uma aprendizagem mais frutífera, se acompanhar as respetivas gravações e trabalhar nas questões reflexivas, que poderá encontrar no final deste documento.

Por forma a aprofundar os seus conhecimentos, poderá encontrar na caixa de ferramentas do tema Contexto Político, material para a transposição da teoria à prática, como folhas de cálculo, modelos, etc.

Todo o material faz parte de um compêndio que foi desenvolvido para ser usado no âmbito do Curso de Formação HAQAA2 IQA-4-África – da Política Pan-Africana à Prática.

Palavras-chave

PAQAF, ASG-QA, AQRM, Harmonização no Ensino Superior, União Africana, CESA, Área do Ensino Superior Africana.

Resultados de aprendizagem esperados:

Após a conclusão, com sucesso, do estudo do Tema Contexto Político, você deverá ser capaz de:

- explicar com profundidade o processo de desenvolvimento e o objetivo do Quadro Pan-Africano de Garantia da Qualidade e Acreditação e a sua relevância estratégica para o Ensino Superior em África.
- resumir o objetivo e o conteúdo dos Padrões e Linhas de Orientação Africanos para a Garantia da Qualidade do Ensino Superior (ASG-QA) e ser capaz de transferir estas normas e orientações para a prática nas suas próprias atividades, como Oficial de Garantia da Qualidade.
- descrever o objetivo e o conteúdo do Mecanismo Africano de Classificação da Qualidade (AQRM) e decidir sobre a utilidade da sua implementação na sua

instituição para estruturar as práticas de Garantia da Qualidade.

1. O PAQAF

O que se entende por PAQAF?

O PAQAF – o Quadro Pan-Africano de Garantia da Qualidade e Acreditação – é um quadro abrangente que compreende várias linhas de ação e instrumentos relacionados com a convergência do sector do Ensino Superior Africano e, mais especificamente, para a garantia da qualidade e acreditação. O PAQAF foi aprovado pelo Comité Técnico Especializado (STC) sobre Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia da União Africana em 2016. A implementação de algumas das linhas de ação do PAQAF e o desenvolvimento de alguns dos seus instrumentos foram apoiados pela iniciativa HAQAA, de 2015 a 2018 e prosseguem atualmente no contexto do HAAQA2 (ver abaixo).

A União Africana e o Impulso para a Revitalização da Educação Terciária

Desde cerca do ano 2000, o Sistema Africano de Ensino Superior tem registado o maior aumento do número de estudantes do Ensino Superior a nível mundial (cf. UIS 2013). Trata-se de uma evolução positiva, num contexto em que muitas economias africanas necessitam urgentemente de trabalhadores qualificados, tendo em vista que a inscrição no Ensino Básico tem vindo a apresentar melhorias significativas, pressionando assim o sector do Ensino Superior. No entanto, vários estudos mostram que o sector do Ensino Superior em África não está preparado para o crescimento maciço do número de estudantes. Peter Okebukola e Bart Fonteyne (2015, p. 18), no seu estudo sobre a qualidade e Garantia da Qualidade nas universidades africanas, que antecedeu o desenvolvimento do PAQAF (ver abaixo), resumem "o financiamento, o défice de capacidade humana, o ambiente de implementação de políticas deficientes, a fraqueza na governação institucional e a pressão de ingresso" como principais desafios das Instituições africanas de Ensino Superior no século XXI.

Uma resposta recente a estes desafios foi a abrangente Estratégia de Educação Continental para África (CESA 16-25), impulsionada pelo desejo de se criar um "sistema qualitativo de educação e formação para dotar o continente africano de recursos humanos eficientes, adaptados aos valores fundamentais africanos e, portanto, capazes de alcançar a visão e as ambições da União Africana". O Ensino Superior "revitalizado" é destacado nesta estratégia, bem como o princípio de que "os sistemas harmonizados de educação e formação são essenciais para a realização da mobilidade intra-África e da integração académica através da cooperação regional". A Estratégia de Educação Continental para África afirma ainda que "A qualidade e a relevância da educação, formação e investigação são fundamentais para a inovação científica e tecnológica, a criatividade e o empreendedorismo" (CESA 2015).

Estes princípios baseiam-se na Agenda 2063 da União Africana (UA): *A África que Queremos*, que apela para "uma África próspera baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável".

A União Africana é comparável à União Europeia, na medida em que não tem competência para legislar sobre o Ensino Superior. As medidas, juridicamente vinculativas, são estabelecidas através de *Tratados*, no entanto, as áreas relacionadas com o Ensino Superior não são regidas por tratados, com exceção da Universidade Pan-Africana¹. A Estratégia de Educação Continental para África é um plano de ação, ao qual os Estados-Membros da União Africana aderiram voluntariamente. Tem uma série de indicadores, que devem ser levados a cabo de forma gradual pelos Estados e partes interessadas, organizados em "Clusters" em torno das prioridades temáticas.

A Estratégia de Educação Continental para África foi adotada pelo Comité Técnico Especializado para a Ciência e Tecnologia da Educação. STC's são comités temáticos que respondem ao Conselho Executivo da UA. Cada STC é composto por ministros dos Estados-Membros e altos funcionários responsáveis por sectores que se enquadram nas respetivas áreas de competência.

A Origem do PAQAF: Crescente consenso sobre a importância da «Harmonização»

Os conceitos de "harmonização"² e também a integração regional no ensino superior em África, precederam o PAQAF e a CESA, e têm sido um dos objetivos de organizações como a Associação das Universidades Africanas (AAU), bem como dos Atores Regionais do Ensino Superior e Comunidades Económicas como a IUCEA na África Oriental. A União Europeia, que desde 2008 financia iniciativas de cooperação regional no ensino superior em África, tem sido também um catalisador. Os exemplos incluem o programa de mobilidade intra-africana, que se baseou no Programa *Nyerere*, da União Africana e, posteriormente, na iniciativa *Tuning Africa*³, que começou como piloto em 2011, e expandiu-se para 120 universidades que estabeleceram novos programas de licenciatura, métodos de ensino e aprendizagem e avaliação, com vista ao alinhamento curricular.

No que se refere ao tema específico da harmonização da garantia da qualidade e acreditação, numerosas iniciativas regionais também antecedem o PAQAF. Com o Conselho Inter-Universitário para a África Oriental (IUCEA) e a Rede de Garantia da Qualidade da África Oriental (EAQAN), a Comunidade da África Oriental adquiriu mais de 15 anos de experiência ao colaborar na Garantia da Qualidade a nível regional. Os resultados inspiradores do seu trabalho incluem a série de livros "Um roteiro para a Qualidade" (ver referências abaixo), que inclui cinco manuais para a avaliação interna e externa da Qualidade no Ensino Superior e o Quadro de Qualificações da

¹ <https://au.int/en/treaties/revised-statute-pan-african-university-pau>

² O termo «Harmonização» é consistentemente usado nos documentos estratégicos da União Africana. Este termo não impõe uma normalização do ensino superior em África, mas sim a transparência, a legibilidade e a convergência em torno das normas comuns.

³ <http://tuningafrica.org/en/what-is-tuning-africa>.

África Oriental que surgiu em 2015. Note-se que existe um quadro jurídico forte para a cooperação no Ensino Superior na região da África Oriental, com a integração do Ensino Superior ligada aos objetivos políticos da união aduaneira e, eventualmente, o estabelecimento de um espaço monetário comum. o Conselho Inter-Universitário para a África Oriental (IUCEA) é o órgão de implementação reconhecido da Área Comum de Ensino Superior para a África Oriental, declarada pelos Chefes de Estado em 2017, com o objetivo de facilitar o reconhecimento de certificados acadêmicos e a transferência de créditos de instituições de ensino superior em toda a região. Note-se que, tal como acontece com a EHEA na Europa, o processo de integração regional no CEA continua a ser voluntário, assim como a aplicação das normas e orientações relativas à garantia da qualidade desenvolvidas pela IUCEA.

Tal como acontece com a IUCEA, o Conselho Africano e Malgaxe para o Ensino Superior (CAMES) desenvolveu normas de qualidade para os seus 19 países membros na África Ocidental e Central francófona, fornece capacitação e promove a harmonização na região. Como salientam okebukola e Fonteyne (2015, p. 19), a implementação dos elementos do PAQAF pode beneficiar das experiências regionais da África Oriental e da África Ocidental. Além disso, você, como gestor ou oficial de Garantia da Qualidade, encontrará muito material de recurso inspirador e informação sobre processos de harmonização regional nos websites da CAMES e IUCEA (ver referências abaixo).

Instrumentos e linhas de ação do PAQAF

O PAQAF, sendo um quadro abrangente, consiste em vários compromissos, linhas de ação e instrumentos, alguns dos quais já foram estabelecidos e formalmente reconhecidos pela União Africana (como a AQRM), e outros foram desenvolvidos e estão a ser utilizados, ainda aguardando a adoção ao nível da AU (ASG-QA) e outra parte ainda está em desenvolvimento (ACQF).

Nos capítulos seguintes, faremos uma visão mais pormenorizada dos dois elementos do PAQAF, que são de relevância mais imediata para as pessoas que lidam com Garantia da Qualidade nas Instituições de Ensino Superior. Mas primeiro, faremos uma visão geral das linhas de toda a ação e instrumentos.

- **Padrões e Linhas de Orientação Africanos para a Garantia da Qualidade (ASG-QA):** é um conjunto de padrões e linhas de orientação que constituem a base para a garantia da qualidade interna e externa tanto para as Instituições de Ensino Superior como para as Agências de Garantia da Qualidade (ver abaixo).
- **Mecanismo africano de classificação da qualidade (AQRM):** é uma ferramenta de autoavaliação e classificação que pode ser usada pelas instituições africanas de ensino superior para avaliar o seu grau de cumprimento da parte A dos ASG-QA.
- **Quadro Continental Africano de Qualificações (ACQF):** faz parte do Programa de Competências para a Empregabilidade Juvenil da UA-UE e está atualmente a ser desenvolvido pela Fundação Europeia de Formação (ETF), em colaboração com a AUC e a Corporação Alemã para a Cooperação

Internacional (GIZ). O Quadro Continental Africano de Qualificações determina uma hierarquia dos níveis de qualificação por ordem ascendente e indica os requisitos genéricos para que as qualificações sejam atribuídas a cada um destes níveis no Sistema Educativo Africano. O seu principal objetivo é melhorar a qualidade, a comparabilidade e a transparência das qualificações de todos os níveis educativos no ensino africano, facilitando assim o reconhecimento de diplomas e certificados.

- **Convenção Revista sobre o Reconhecimento de Estudos, Certificados, Diplomas e Outras Qualificações Académicas sobre o Ensino Superior nos Estados Africanos (Convenção de Addis):** baseia-se na Convenção de Arusha de 1981 e foi adotada em 2014 em Adis Abeba (daí o nome). Fornece um quadro legal para o reconhecimento justo e transparente das qualificações do Ensino Superior em África. O seu objetivo é facilitar a cooperação inter-universitária através da mobilidade de estudantes e do pessoal. Até então, a Convenção de Addis foi ratificada por 13 Estados africanos, estando, portanto, a aguardar aprovação legal por mais países africanos.
- **Sistema africano de Acumulação e Transferência de Crédito:** no sistema africano de ensino superior ainda não existe uma definição comum de um sistema de créditos que permita o fácil reconhecimento das qualificações adquiridas noutros países e, portanto, para a mobilidade dos estudantes. Deste modo, em 2019 foi desenvolvida uma proposta para um sistema de créditos africano simplificado, estando ainda pendente a aprovação pela União Africana.
- **Agência Pan-Africana de Garantia da Qualidade e Acreditação:** as linhas de ação e os instrumentos do PAQAF devem ser assegurados por uma Agência Continental Africana de Acreditação, que tem como mandato geral "coordenar, promover e facilitar a harmonização dos sistemas de ensino superior, garantia da qualidade e acreditação em toda a África, de e para a África, além de ser a Agência líder do Continente em Avaliação da Qualidade, Melhoria da Qualidade e Acreditação". Esta agência ainda não foi criada (PAQAF, 2015, p. 2).
- **Registo Continental de Agências de QA e instituições de ensino superior reconhecidas:** para o acompanhamento da implementação dos padrões, linhas de orientação e instrumentos de garantia da qualidade em África, tanto das atividades internas como externas de QA, deve ser desenvolvido um registo para as agências de acreditação e instituições de ensino superior que tenham submetido as respetivas avaliações de QA. O desenvolvimento deste registo ainda está pendente.

HAQAA e HAQAA 2

Não podemos falar do PAQAF sem mencionar brevemente, as iniciativas HAQAA. O HAQAA1 é uma iniciativa financiada pela União Europeia em parceria com a União Africana, que almeja a harmonização da Garantia da Qualidade e Acreditação no Ensino Superior em África. O principal objetivo da iniciativa foi apoiar o "desenvolvimento de um Sistema harmonizado de garantia da qualidade e acreditação a nível institucional, nacional, regional e Pan-africano". A primeira fase de implementação do HAQAA decorreu entre 2015 e 2018, tendo sido implementado por

um consórcio composto pela Universidade de Barcelona (Coordenador), AAU, o Serviço Alemão de Intercâmbio Académico (DAAD), a Associação Europeia de Universidades (EUA) e a Rede Europeia de Garantia da Qualidade (ENQA). Na primeira fase do Projeto, o foco principal da iniciativa residiu no desenvolvimento e promoção dos ASG-QA, na revisão e promoção do AQRM e na capacitação dos organismos de garantia da qualidade.

A segunda fase da iniciativa – que está em curso, arrancou em 2019 e terminará em 2022. A sua denominação foi enquadrada como "Harmonização, Acreditação e Garantia da Qualidade no Ensino Superior Africano", dando ênfase ao quadro geral de harmonização do Ensino Superior ao abrigo do qual a garantia da qualidade se estabelece. Sob a coordenação do OBREAL Global Observatory, a equipa de implementação (AAU, DAAD, EUA, ENQA) basear-se-á nos resultados da primeira fase de projeto HAQAA. Para além de desenvolver e promover ainda mais os instrumentos do PAQAF, um dos principais objetivos é continuar a implementar os ASG-QA nas Instituições africanas de Ensino Superior e transferir as normas e orientações para a prática, através do desenvolvimento de capacidades. A segunda fase do HAQAA é apoiada pelos seguintes parceiros estratégicos:

- Associação de Universidades Regionais da África Austral (SARUA), África do Sul;
- Conselho Inter-Universitário para a África Oriental (IUCEA), África Oriental;
- Conselho Africano e Malgaxe para o Ensino Superior (CAMES), África Ocidental/Centro-Africana;
- Conselho de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior (CNAQ), Moçambique/África lusófona;
- Autoridade Nacional para a Garantia da Qualidade e Acreditação na Educação (NAQAAE), Egito/Norte de África;
- Anaq Sup (Senegal).

Este material de aprendizagem é parte das atividades da transposição da Política Pan-africana à prática, nas Instituições de Ensino Superior Africanas, sendo parte do curso de formação HAQAA2 para profissionais da Garantia da Qualidade (QA).

2. ASG-QA

O que se entende por ASG-QA?

ASG-QA – Os Padrões e Linhas de Orientação Africanos para a Garantia da Qualidade (ASG-QA) são um conjunto de diretrizes e orientações gerais para a garantia da Qualidade no Ensino Superior em África e consistem em três partes:

- Parte A, padrões para a garantia da qualidade interna nas instituições de ensino superior;
- Parte B, padrões para a garantia externa da qualidade;

- Parte C, padrões para a garantia interna da Qualidade das Agências de Acreditação (QAA).

No documento Oficial, os padrões são formulados como padrões mínimos, que as Instituições de Ensino ou QAA devem alcançar. Cada padrão é acompanhado por várias orientações que refletem exemplos de boas práticas sobre a forma como o respetivo padrão poderia ser posto em prática. Para uma visão geral detalhada dos padrões, por favor, consulte o documento original na caixa de ferramentas deste módulo.

Os ASG-QA foram desenvolvidos no âmbito da iniciativa HAQAA (fase 1) em 2017-2018, com base nas normas locais ou regionais existentes e a partir das experiências de desenvolvimento e implementação dos Padrões Europeus e Orientações para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior, tendo sido submetidos a uma ampla consulta das partes interessadas na Área do Ensino Superior em África. Ainda não foram formalmente aprovados pela União Africana, mas aguarda submissão ao Comité de Ciência e Tecnologia (STC) de finais de 2020. Apesar disto, muitas Instituições de Ensino Superior e Agências de Garantia da Qualidade já os estão a aplicar.

"Os ASG-QA têm como objetivo apoiar as Instituições de Ensino Superior e as Agências de Garantia da Qualidade em África, para:

- promover boas práticas de Garantia da Qualidade e desenvolver mecanismos e processos adequados de garantia da qualidade interna e externa, que se enquadrem nas melhores práticas internacionais;
- melhor definição e promoção da relação entre a garantia da qualidade interna e externa;
- desenvolver uma confiança mútua entre organismos de ensino superior, organismos reguladores e instituições, facilitando assim, o reconhecimento e a mobilidade de estudantes e recursos humanos dentro e fora das fronteiras nacionais do continente;
- promover a transparência e a responsabilização, fornecendo ao público informações adequadas sobre a garantia da qualidade." (HAQAA 2017)

Como princípio subjacente, os ASG-QA respeitam a autonomia das instituições que as utilizam, o que significa que tanto as Instituições do Ensino Superior como as Agências de Garantia da Qualidade podem adaptar os padrões e contextualizá-los com base na sua cultura organizacional. As instituições de ensino superior e as agências de garantia da qualidade são encorajadas a refletir sobre as normas, orientações e exemplos de boas práticas dadas nos ASG-QA e procurar provas que possam evidenciar o nível de conformidade ao padrão. Não há prescrição sobre como medir o grau de conformidade ao padrão. O AQRM, que será apresentado no próximo capítulo, pode ser utilizado para medir a realização dos padrões do ASG-QA.

3. O AQRM

O que se entende por AQRM?

AQRM - Mecanismo Africano de Classificação da Qualidade é uma ferramenta de autoavaliação e classificação para instituições africanas de Ensino Superior. Proporciona a oportunidade para que as instituições africanas de ensino superior comparem o seu desempenho, através de um conjunto de critérios geralmente acordados, que são comparados com as boas práticas internacionais, mas que permitem ter em conta o contexto local de uma instituição. O mecanismo está alinhado com a parte A do ASG-QA. O objetivo geral do AQRM é apoiar as universidades a avaliar o seu status quo em termos de qualidade e a desenvolver uma cultura de qualidade. É por isso que o AQRM não é uma ferramenta de classificação para comparar instituições e é usado de forma voluntária. O AQRM é um questionário que pode ser preenchido pelas próprias Instituições de Ensino Superior. Está disponível no site da AAU (www.aau.org/aqrm) e é composto por três partes:

1. **Informação geral sobre a instituição:** dados de contacto, perfil institucional, pessoal e estudantes, estrutura de governação, etc.;
2. **Autoavaliação a nível institucional** (49 questões): governação e gestão, infraestruturas, finanças, ensino e aprendizagem, investigação, publicações e inovação e engajamento com a comunidade/sociedade (extensão);
3. **Autoavaliação a nível de programas de estudo** (35 perguntas): planeamento e gestão de programas, desenvolvimento curricular, ensino e aprendizagem, avaliação e resultados do programa.

No que diz respeito às secções 2 e 3, uma Instituição de Ensino Superior pode classificar-se numa escala de 0 a 4 (fraco, insuficiente, satisfatória, boa, excelente) (cf. HAQAA 2019). Para obter uma visão detalhada, pode encontrar o questionário AQRM na caixa de ferramentas deste módulo.

Idealmente, a autoavaliação deve ser combinada com uma visita de validação à instituição, por peritos externos (revisão por pares informada), mas isso não é obrigatório.

Desenvolvimento do AQRM

O AQRM foi desenvolvido pela Comissão da União Africana (AUC) e pela Associação das Universidades Africanas (AAU). A AAU é o "Órgão de execução" designado pela AUC. O AQRM foi adotado pela Conferência de Ministros da Educação da União Africana (COMDAF) em 2007. O processo de desenvolvimento incluiu uma extensa consulta com a comunidade africana do Ensino Superior.

Em 2010, a Comissão da União Africana apoiou o piloto da autoavaliação em 32 Instituições Africanas de Ensino Superior e o instrumento foi revisto com base no feedback recebido das universidades-piloto. Para dar às Instituições de Ensino

Superior a oportunidade de incluir uma perspectiva externa na sua avaliação e de receber recomendações dos pares, recomenda-se combinar o exercício de autoavaliação com uma visita de validação.

Em 2014, nove universidades-piloto foram submetidas às visitas de validação por equipas de peritos externos com base nos resultados da sua autoavaliação. No âmbito da iniciativa HAQQA, outras quinze instituições de Ensino Superior receberam avaliadores externos de África e da Europa para complementar as suas autoavaliações em 2017 (cf. HAQAA 2018).

O AQRM surgiu antes de terem sido desenvolvidos os Padrões e Linhas de Orientação Africanos para a Garantia da Qualidade. O alinhamento destes dois instrumentos importantes era indispensável, pelo que o processo de desenvolvimento dos ASG-QA teve em conta as normas subjacentes do AQRM. Em 2017 foi realizado um mapeamento entre ASG-QA e AQRM para garantir que o AQRM pudesse servir de instrumento para a autoavaliação do grau de realização de uma Instituição de Ensino Superior da parte A dos ASG-QA (ver HAQAA 2019).

Note-se que, embora o AQRM seja uma ferramenta que faz parte do PAQAF, não é a única ferramenta ou abordagem para orientar a autoavaliação que as universidades africanas devem ou podem utilizar, nem deve ser considerado isoladamente. Diferentes parceiros internacionais e regionais e actores de garantia da qualidade ofereceram apoio institucional de autoavaliação com diferentes metodologias. O que é importante é que as Instituições de Ensino Superior africano encontrem os meios mais construtivos e adequados para sustentarem a sua própria cultura de qualidade institucional.

4. Perguntas de Reflexão

O que acha?

- Por favor, reflita sobre a situação na sua própria instituição. O que acha? Até que ponto as partes interessadas relevantes da sua instituição estão familiarizadas com a União Africana, os objetivos de integração continental, o PAQAF e os seus instrumentos, em especial os ASG-QA? O que devem adotar (na sua opinião)?
- Por que razão as Instituições de Ensino Superior devem participar num exercício de autoavaliação da AQRM? Que vantagens e desvantagens vê? Existem outros instrumentos que usa atualmente? Qual pode ser o valor acrescentado de algo como o AQRM?
- Que desafios vê no que diz respeito à implementação dos ASG-QA nas Instituições Africanas de Ensino Superior e nas Agências de Garantia da Qualidade? Como é que o seu propósito pode ser melhor promovido? Como evitar confusões (assumindo que em alguns países e regiões, já existem outras normas e orientações para a QA, por exemplo)?

5. Referências

E recomendações para continuar a leitura

CAMES = African and Malagasy Council for Higher Education: www.lecames.org.

CESA 16-25 = Continental Education Strategy for Africa (2016): <https://edu-au.org/strategies/185-cesa16-25> (last access: 11.09.20).

HAQAA (2017): <https://haqaa.aau.org/activities/african-standards-and-guidelines-for-quality-assurance-asg-qa/> (last access: 11.09.20)

HAQAA (2018): African Quality Rating Mechanism (AQRM) Consolidated evaluation report.

HAQAA (2019): Mapping Between Africa Standards and Guidelines for Quality Assurance in Higher Education (ASG-QA) and African Quality Rating Mechanism (AQRM) for Quality Assurance in Higher Education. Annex 4 to HAQAA final report.

IUCEA = Inter-University Council for East Africa: www.iucea.org

Okebukola, P. & Fonteyne, B. (2015): Developing a Pan-African Quality Assurance and Accreditation Framework. Report. Final Draft for AUC/EC approval.

UIS = UNESCO Institute of Statistics (2013): Education quality in Sub-Saharan Africa.

PAQAF (2015): Validation Workshop on Pan-African Quality Assurance and Accreditation Framework Accra, Ghana, 29 - 30 July 2015. Validated Document of the PAQAF.